



Fronteiras étnicas: breve histórico da “questão indígena” no Brasil

Ethnic boundaries: brief history of “indigenous question” in Brazil

Suely Aparecida de Lima

Bacharel em Relações Internacionais.
Mestranda em Sociedade e Fronteiras pela Universidade Federal de Roraima – UFRR.

Resumo:

Este texto traça um breve histórico da “questão indígena” no Brasil através de uma leitura sintética que combina Renato Athias, Roberto Cardoso de Oliveira, Manuela Carneiro da Cunha e Fredrik Barth. Após tecermos algumas palavras sobre as diferentes teorias que abordaram (e influenciaram) as relações interétnicas no contexto brasileiro, transitamos para a discussão na qual o contato interétnico deixa de ter a cultura como ênfase e passa a ser compreendido por meio de relações sociais baseadas em interesses opostos e interdependentes. A partir da discussão em torno das fronteiras entre diferentes grupos étnicos enfatizamos que o problema das relações interétnicas não está nas diferenças culturais e sim nos processos sociais de exclusão.¹

Palavras-chave: “Questão Indígena”. Relações Interétnicas. Fronteiras.

Abstract:

This text outlines a brief history of the "indigenous issue" in Brazil through a synthetic reading combining Renato Athias, Roberto Cardoso de Oliveira, Manuela Carneiro da Cunha and Fredrik Barth. After presenting a few words about the different theories that have addressed (and influenced) the interethnic relations in the Brazilian context we follow with a discussion in which the interethnic contact ceases to have culture as its main focus and begins to be understood through social relations based on opposing and interdependent interests. Based on the discussion about the borders between different ethnic groups we emphasize that the problem of interethnic relations is not the cultural differences but the processes of social exclusion.

Keywords: “Indigenous Issue”. Interethnic Relations. Borders.

Com base no livro-texto de Renato Athias², o qual visa compreender a manutenção da identidade étnica e cultural dos povos indígenas, é possível traçar um breve histórico da “questão

¹ Fragmentos de um artigo desenvolvido como trabalho final para a disciplina “Cultura e Identidades na Amazônia Continental” ministrada pelo Professor Dr. Marcos Antonio Pellegrini do Programa de Mestrado Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima – UFRR.

² ATHIAS, Renato. *A Noção de Identidade Étnica na Antropologia Brasileira: De Roquete Pinto à Roberto Cardoso de Oliveira*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

indígena”³ no Brasil e, conseqüentemente, melhor compreender as relações interétnicas e os contextos sociopolíticos da relação entre o Estado brasileiro e as populações indígenas – distintas e minoritárias.

O autor percorre produções de cientistas sociais (e antropólogos) brasileiros para elucidar contextos sociopolíticos e, de acordo com o mesmo, após longo período de silêncio em relação à importância da identidade na relação indivíduo-sociedade a Constituição Federal de 1988, ao reconhecer os direitos originários das populações indígenas – populações etnicamente diferenciadas -, acena para a possibilidade de um Estado pluriétnico, contudo, o texto constitucional não garante a participação indígena na formulação de políticas públicas de desenvolvimento, impedindo-os de participarem na definição de mecanismos próprios para um desenvolvimento que considere suas especificidades culturais, e isso gera prejuízos para tais populações que “se encontram em um processo de empobrecimento devido a situação de contato e a forma de desenvolvimento implantada até então em suas áreas provocando situações de marginalidade econômica”.⁴ O fato é que a relação Estado/populações indígenas está atrelada ao racismo que permeia o pensamento nacional ainda sob influência de formulações evolucionistas e deterministas que contribuíram para a construção de uma “superioridade branca”, sendo as parcelas indígenas e negras da população tidas como “inferiores”. Sustentáculo para políticas indigenistas estereotipadas e paternalistas, tal pensamento atribui às etnias indígenas uma categoria genérica e abstrata que associa as populações indígenas a uma minoria insignificante, improdutiva, mão-de-obra disponível ou seres romantizados como puros e/ou ingênuos.⁵

A abordagem identitária, a princípio, teve a questão étnica intermediada por interesses que envolviam a construção de uma identidade nacional.⁶ Posteriormente, a questão étnico-racial, envolvendo as parcelas negras e indígenas da população, passou a ser tratada em termos de classe social, ignorando, assim, a complexidade da questão, além de ocultar a compreensão das relações interétnicas. É em tal contexto que a doutrina da igualdade das raças, crítica ao mito das três raças⁷,

³ A expressão “questão indígena” está entre aspas por entendermos que, muitas vezes, a mesma é utilizada para se referir as populações indígenas como “um problema”. Discordamos de tal visão, não consideramos e não entendemos as populações indígenas como um problema e, nesse sentido, reproduzimos uma questão que consideramos pertinente e está amplamente posta sob diferentes termos: as denominadas “questão indígena” e “questão racial” (ou “questão dos negros”) são responsabilidade de quem?

⁴ ATHIAS, 2007, p. 18.

⁵ ATHIAS, 2007.

⁶ A partir do século XIX a busca pela identidade nacional tem na literatura “o índio” como representante, símbolo nacional dos poetas e escritores do movimento nativista. ATHIAS, 2007, p. 43-44.

⁷ No Brasil, entre o final do século XIX e início do século XX, o racismo teve como base as “teorias das raças”, conforme segue: Conde de Gobineau – partia de um esquema teórico que colocava em “evidência” a “diversidade das raças” para justificar a “superioridade da raça branca” pela posição que ocupavam na história, e argumentava que a sociedade brasileira era inviável por conta de sua população mestiça, fruto do “cruzamento” entre brancos, índios e negros que “resultava” em “mulatos” (negro+branco), “cafusos” (branco+índio) e “mamelucos” (índio+negro). ATHIAS, 2007, p. 57-59; Batista Lacerda – criou, em 1877, o primeiro curso de Antropologia Física no Museu Nacional e, com Rodrigues Peixoto, escreveu um livro “constituído de estudos baseados em observações craneológicas de seis índios botocudos”. ATHIAS, 2007, p. 60; Nina Rodrigues – estudava o que hoje seria denominado por “aculturação” e psicopatologia social, que serviram de base para a formulação de “um discurso sobre o negro pautado na determinação biológica e cultural da superioridade branca”. ATHIAS, 2007, p. 60-61; Roquete Pinto – a partir da Antropologia Física e de trabalhos e de estudos etnológicos desenvolveu pesquisas dos

deu origem ao racismo “à brasileira”. Assim, a teoria da fusão das raças⁸, que desencadeou o discurso da “democracia racial”⁹, além de escamotear e naturalizar o racismo, ignora a rigidez hierárquica do sistema social brasileira, permitindo que a tese do “branqueamento” permaneça como projeto social e político a ser alcançado através da proclamação da unificação harmoniosa entre diferentes grupos étnicos.¹⁰ A população indígena, segundo defensores da mestiçagem, deveriam...

Os defensores da mestiçagem consideravam os indígenas como vulgares na formação do tipo brasileiro. O índio deveria morrer, não por causa do açúcar, mas em nome de uma identidade nacional. O índio como o negro deveriam desaparecer enquanto tais. Esta doutrina não permitia a expressão identidade étnica.¹¹

Já a “aculturação”, originária da antropologia cultural norte-americana, alimentou estudos etnográficos centrados na acomodação de determinadas populações indígenas à sociedade nacional. Tal acomodação foi descrita como uma “comunicação” entre culturas, e não entre grupos sociais, que seria estabelecida pela “assimilação”¹². Os estudos em questão concluíram que o contato resultaria numa “mudança cultural” e, assim, preconizaram a desapareição das populações indígenas enquanto grupos étnicos, sendo necessária uma política indigenista para preservar a cultura das populações indígenas.¹³

Em meio à polêmicas, surge um modelo explicativo baseado numa “transfiguração étnica”¹⁴ que, ao criticar a “aculturação”, parte de uma suposta inevitabilidade de contato entre

“tipos étnicos” dos grupos indígenas com base em mensuração cranianas e “trabalhos antropométricos para determinar o tipo físico brasileiro”. ATHIAS, 2007, p. 61-62.

⁸ A “teoria da fusão das raças” sustenta que no Brasil não há preconceitos raciais. Gilberto Freyre, seu representante, compreende a população indígena como uma categoria geral e homogênea e “para sustentar a teoria da mestiçagem, atribui ao índio o papel de simples reprodutor”. ATHIAS, 2007, p. 64-65.

⁹ “Teoria” refutada por Florestan Fernandes, contudo, ainda presente no pensamento brasileiro, o que entendemos como a própria naturalização do racismo.

¹⁰ ATHIAS, 2007, p. 43 et seq.

¹¹ ATHIAS, 2007, p. 68.

¹² ATHIAS, 2007, p. 69 et seq.

¹³ Eduardo Galvão, por exemplo, ao tentar “determinar” as causas da aculturação, buscava resolver a seguinte questão: “por que certos grupos indígenas se deixam aculturar mais facilmente que outros?” e, para ele, a resposta estava na “distância cultural”. ATHIAS, 2007, p. 92. Sua conclusão foi a de que “os fatores de resistência e de ligação às normas tribais parecem-nos residir mais em causas como a expansão da população sertaneja [cabocla] (24) brasileira. Um fato que muitas vezes não tem sido relevado é que os grupos mais resistentes ocupam em geral zonas menos devastadas porém mais inóspitas do platô central, onde não se registrou tentativas de assimilação do índio e de fixação do caboclo, ou seja, aquele ainda não encontrou um lugar permanente na economia regional. A resistência destes grupos é uma condição de sobrevivência. Em outros casos, a expansão súbita da população não permite o lapso de tempo necessário à acomodação. O índio se retira ou é enviado para longe. O fato que os índios são pouco numerosos os coloca numa situação de inferioridade, de minoria étnica, sem outra alternativa senão a de perecer. É o caso, por exemplo, dos índios do Xingu, que, à despeito do grande número de tribos, estão em via de extinção. A maior deles comporta mais de 140 indivíduos. Ao sair de um período de isolamento, têm se confrontado há cerca de 10 anos com aviões e máquinas, e um tipo de colonização que não precisa dos seus braços. Se não encontram lugar nesta economia, e se sua densidade demográfica não resiste aos desgastes causados pelo contato, principalmente pela diminuição de seus membros devido a doenças contagiosas, tenderão a desaparecer, salvo se uma política indigenista bem eficaz para lhes fornecer os meios de acomodação e de assimilação se desenvolva” GALVAO, 1979c, p. 132 apud ATHIAS, 2007, p. 93-94.

¹⁴ Nas palavras de Darcy Ribeiro, autor do conceito teórico de “transfiguração étnica”, “as culturas indígenas não podem sobreviver de maneira autônoma senão nas regiões inexploradas ou à fraca e recente penetração, ou enfim em condições artificiais de intervenção protecionista, constituem espécimes em via de desapareição destinados a

diferentes etnias e defende políticas de integração das populações indígenas à sociedade nacional, entre elas, a criação de reservas indígenas. Esta visão salvacionista pressupõe o não desaparecimento total das populações indígenas, pois, do ponto de vista étnico, tais populações seriam transfiguradas pela integração, o que desencadearia um novo contexto étnico nacional. Contudo, tais prognósticos não se confirmaram e as populações indígenas seguem com suas respectivas identidades étnicas, não se assimilando à sociedade nacional. É neste contexto que, a partir de um novo quadro teórico de perspectiva sociológica, o contato deixa de ter a cultura como ênfase e passa a ser compreendido como relações sociais concebidas no interior de um sistema interétnico único no qual as relações baseiam-se em interesses opostos e interdependentes, ou seja, uma “fricção interétnica”¹⁵ que envolve fatores econômicos, sociais e políticos estruturados em elementos étnicos que, de acordo com Roberto Cardoso de Oliveira, configura-se num “colonialismo interno”.¹⁶

Num segundo momento, baseado em Fredrik Barth, Cardoso de Oliveira desenvolve o conceito de identidade étnica enquanto identidade contrastiva. Segundo Barth, a constituição de grupos étnicos é resultado de eventos históricos baseados em um contraste cultural preestabelecido que gera fronteiras étnicas mantidas por traços culturais e, apesar dos fluxos de pessoas, tais fronteiras persistem. Foram essas percepções que levaram Barth a contestar a visão que considera o isolamento geográfico e a ausência de contato como responsável pela manutenção da diversidade cultural e concluir que a persistência de diferenças culturais garante as fronteiras étnicas, todavia, não dependem dessas fronteiras. Assim, os processos pelos quais os grupos étnicos se mantêm podem ser impactados pela interação com diferentes grupos, contudo, essas relações não levam ao desaparecimento das diferenças culturais, seja por mudança ou por aculturação, pois, o que ocorre é uma transformação cultural na qual a dicotomização entre membros e não membros é mantida. Tal interação pode sofrer impactos de padrões valorativos, mudanças circunstanciais e relações de interdependência, todavia, o maior agravante não é a persistência de diferenças culturais e sim os processos sociais de exclusão e de incorporação que fazem uso destas diferenças, tornando possível a prevalência de uma relação caracterizada pela desigualdade e estratificação.¹⁷

É neste sentido que Cardoso de Oliveira pontua que as relações entre índios e não índios são marcadas por uma distância cultural que faz com que o contato interétnico seja conflituoso. Isso é agravado pela implicação étnica contida na própria ética, o que dificulta o necessário reconhecimento das populações indígenas pelas populações não indígenas. A oposição destes dois campos culturais faz com que demandas por direitos políticos sejam sustentadas por demandas de ordem moral. Em outras palavras, a etnicidade sustenta a luta política que, por sua vez, é uma luta

perder suas características na medida em que a sociedade nacional cresce e se desenvolve de forma homogênea” RIBEIRO, 1977g, p. 445 apud ATHIAS, 2007, p. 103-104.

¹⁵ O conceito teórico de “fricção interétnica”, desenvolvido por Roberto Cardoso de Oliveira, parte de uma perspectiva estruturalista e é apresentado como ‘o equivalente lógico (mas não ontológico) do que os sociólogos chamam “luta de classes”’. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Identidade étnica e a moral do reconhecimento*. In: ATHIAS, Renato. *Caminhos da identidade: ensaios sobre identidade étnica e multiculturalismo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006. p. 109.

¹⁶ ATHIAS, 2007, p. 94 et seq.

¹⁷ BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 187-227.

pelo reconhecimento identitário e, em vistas a superar os valores discordantes e as éticas em oposição, demanda uma dimensão ética e moral nas políticas públicas.¹⁸

Em sentido convergente, Manuela Carneiro da Cunha argumenta que a etnicidade é uma forma de organização política que assume um papel de reivindicação cultural e protesto político. Assim, a cultura é importante para a etnicidade, contudo, não é algo dado, é uma construção social em constante reivindicação, criada, principalmente, para a afirmação da identidade étnica, não sendo possível definir grupos étnicos a partir de sua cultura. Dito de outra forma, é índio quem se considera índio e é considerado índio.¹⁹

Em suma, segundo Barth²⁰, Cardoso de Oliveira²¹ e Carneiro da Cunha²², o problema não reside nas diferenças étnicas e na sobrevivência ao contato e sim nas desigualdades inseridas no sistema com base em tais diferenças. É nesse contexto que a resistência indígena deve ser compreendida.

Referências

ATHIAS, Renato. *A Noção de Identidade Étnica na Antropologia Brasileira: De Roquete Pinto à Roberto Cardoso de Oliveira*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. 133 p.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998, p. 187-227.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade étnica e a moral do reconhecimento. In: ATHIAS, Renato. *Caminhos da identidade: ensaios sobre identidade étnica e multiculturalismo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006, p. 19-57.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. In: ATHIAS, Renato. *Cultura com aspas*. São Paulo: CosacNaify, 2009, p. 235-244.

¹⁸ CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p. 19-57.

¹⁹ CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. In: ATHIAS, Renato. *Cultura com aspas*. São Paulo: CosacNaify, 2009. p. 235-244.

²⁰ BARTH, 1998.

²¹ CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006.

²² CARNEIRO DA CUNHA, 2009.